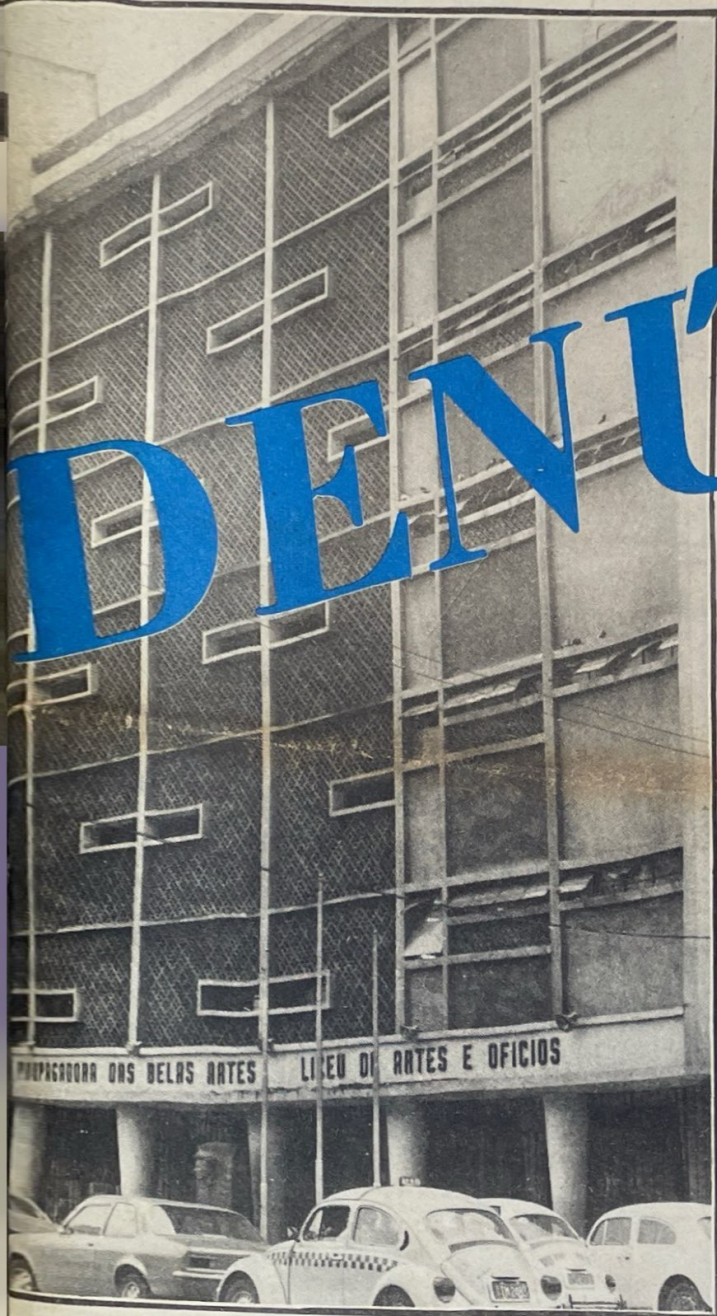


FOLHA DO PROFESSOR

Ano 20 N.º 86 Novembro 1979

Publicação Mensal

Órgão do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro



DENÚNCIA

PÁGINAS 6 e 7

Mais abusos.

Liceu de Artes e Ofícios não cumpre dissídio. Onde fica a lei?

Diretoria do Jacobina altera relações de trabalho sem ouvir professor.

SENAC ensina a legislação trabalhista, mas não dá exemplo.

Gama Filho cria órgão para impedir a atuação do Sindicato.

Professora ameaçada com polícia no Oxford conta tudo sobre o curso.

Escola ensina Piaget, mas cerceia liberdade de alunos e pais.

Você com a palavra.

Assão das Zonais
i cumprida.
ora devemos dar
rça às Comissões
Sindicato

Págs. 2 e 3

O Sindicato começa
a preparar campanha
salarial de 80. Mas
precisa da sua
informação.

Página 4

Os moçambicanos
e a educação do
oprimido. Piaget
e a inteligência.
Educação nas

Págs. 8 e 9

Violência foi a
resposta à greve
em São Paulo.
Santo morreu.

Movimento
em discussão

Pág. 10

MARIANO e a barra do professor. Pág. 12

Diretoria decide fim das Comissões Zonais

A diretoria do Sindicato resolveu extinguir as Zonais, por achar que elas cumpriram seu papel nos momentos de mobilização para a greve e durante a greve, mas que, agora, vinham dispersando as forças, ou seja, mantinham longe grande número de companheiros que poderiam estar concentrando trabalho e esforço dentro do próprio Sindicato ou atuando diretamente nas escolas.

A decisão da diretoria foi anunciada numa reunião ampliada, realizada no início do mês. Na ocasião, ficou combinado que este grupo — composto, em quase totalidade, pelo pessoal das Zonais — promoveria reuniões quinzenais na sede do Sindicato, para debate aberto dos problemas políticos e eco-

nômicos que envolvem a categoria profissional dos professores e dos trabalhadores em geral.

Na mesma reunião, foi explicado a todos que as Comissões de Imprensa, Salarial e outras estavam precisando de um maior número de membros, já que a diretoria, com seus seis diretores efetivos, não poderia assumir todos os trabalhos que lhe eram exigidos. Essa, por sinal, foi a razão principal da extinção das zonais, organizações dispersas que mantinham isoladas pessoas sempre dispostas a participar da luta sindical, mas que, em razão desse mesmo isolamento, não podiam apresentar um trabalho objetivo no Sindicato ou nas Escolas.



Diretoria se reúne com representantes dos zonais para reorganizar a estrutura sindical

LIVRARIA MURO

A Livraria MURO oferece 20% de desconto para livros e demais artigos para professores sindicalizados, mediante apresentação da carteira do Sindicato.

End. Rua Conde de Bonfim, 334 — Sobreloja, 203 — Pça. Saens Peña.

PLACAR DE SINDICALIZAÇÃO

Professores que se sindicalizaram:

Setembro de 76 a setembro de 77.....	228
Setembro de 77 a setembro de 78.....	317
Setembro de 78 a setembro de 79.....	2.254
Outubro de 79.....	66

EXPEDIENTE DO SINDICATO

DIRETORIA — de segunda à sexta-feira, das 13 às 19 horas.

trabalho — segunda, quarta e sexta-feira, das 14 às 17 horas.

ta-feira, das 16h30min às 18h; sexta-feira, das 10 às 12h.

SECRETARIA — de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas.

TRABALHISTA

Dr. Fernando: segunda-feira, das 16 às 18h; sexta-feira, das 16 às 18h.

SERVIÇO DENTÁRIO — Dr. Jair — segunda a sexta-feira, das 10 às 14 horas na sede do Sindicato.

TESOURARIA — de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas.

Dra. Leopoldina: segunda, terça e quarta-feira, das 16h30min às 18h.

OBSERVAÇÃO: As mensalidades foram corrigidas a partir do mês de julho. Passando o trimestre de Cr\$ 81,00 para Cr\$ 135,00.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA — Homologação de rescisão de contrato de

Dra. Alice: Quarta-feira, das 15 às 16h30min; quin-



Prezados colegas:

Agradeço, realmente sensibilizado, o convite da diretoria do nosso Sindicato para a Mesa Redonda em Homenagem aos Professores Cassados, realizada a 15 último.

Lamentavelmente, pequeno acidente de automóvel, no meu regresso de Teresópolis, naquele dia, impediu-me de comparecer. Não, a rigor, para receber uma homenagem, mas para juntar-me a todos os que manifestaram justo repúdio aos atos arbitrários que nos atingiram, entre os quais, permitam-me, ressaltarei a figura de Afonso Saldanha, comprovadamente vitimado pela tortura. Com um fraternal abraço, Henrique Miranda.

RIO, NOVEMBRO DE 1979
COMPANHEIRO RESPONSÁVEL PELA
FOLHA DO PROFESSOR

O n.º 85 do jornal do nosso Sindicato, na reportagem sobre a Semana do Professor, apresenta como sendo minha, uma sugestão para a continuação da luta pela Anistia. Esta informação não corresponde à realidade.

Sindicato far Curso de Férias

O Sindicato dos Professores vai proporcionar um curso de reciclagem em História, matemática, Biologia, Português e Geografia. Os cursos estão sendo organizados pela Comissão Cultural e, entre os professores convidados já têm presença confirmada, como Cláudio Puppim, Maria Lúcia Ribeiro, Nelson Saito, Ilmar Barbieri, Ilmar Rohloff de Mattos, Dottori, Teresa Bulhões, Sérgio Escarlate e Sérgio Linhares.

Os cursos estão previstos para acontecer logo depois do carnaval, e as vagas são limitadas. Inscrições e informações no Sindicato.

Em primeiro lugar, em momento nem falei naquela solenidade expressando idéias qualquer conteúdo. A emoção determinada pela ausência física de companheiros me como Afonso Saldanha, me impediram.

Por outro lado, a luta pela Anistia que de aos meus ideais transcende à própria mim atribuída. Penso numa ampliação da que liberte do arbítrio todos aqueles que estão presos ou impedidos de voltar ao penso numa luta que, envolvendo todas as forças democráticas numa ampla frente, toda a Nação eliminando as leis de exceção penso numa luta que anistie os companheiros mortos com a libertação do povo brasileiro.

Certo de que cada retificação contribui que a FOLHA DO PROFESSOR seja sempre cada vez mais o depositário das opiniões dos professores e o acreditado porta-voz das lutas e liderança da diretoria do Sindicato nossa luta, subscrevo-me com saudações cordiais. Robespierre Martins Teixeira.

Prezados companheiros,

Temos o prazer de acusar o recebimento da FOLHA DO PROFESSOR, que foi de nossa melhor atenção. Agradecemos a gentileza da remessa, enviamos nossas saudações e agradecemos a segurança. Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Seguros Privados, Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito. Alvaro Freitas, presidente e Júlio Menandro de Carvalho, secretário.

Prezado senhor:

Temos a grata satisfação de acusar o recebimento do poder a Folha do Professor, n.º 85, juntamente com a Circular da Convenção do Trabalho, desse Sindicato, tendo a merecido a nossa atenta atenção.

Muito agradecendo pela gentileza da remessa aproveitamos, a oportunidade de renovar os nossos protestos de elevada estima e consideração. Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Armazenado.

FOLHA DO PROFESSOR

Ano 20 — N.º 86 — Novembro/1979

Órgão oficial do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro

Sede própria — Rua Pedro Lessa, 35/2º andar — CEP 20.030 — Rio de Janeiro, RJ — Tel.: 224-7466

Diretor Responsável

Waldyr Duarte

Comissão de Imprensa e Divulgação

Ana Maria Szapiro, Ana Moreno, Gustavo Krause, Jorge Luiz de Souza e Silva, José Muniz Navegantes, André Valente

Arte e Diagramação

Laerte Fernandes

Jornalista responsável

Heliete Vaisman

A Diretoria não se responsabiliza pelos artigos assinados

A Folha do Professor está aberta à colaboração dos companheiros. Todavia, o acúmulo de matérias pode obrigar a Comissão de Imprensa e Divulgação a selecionar aquelas que, a seu critério, forem julgadas de maior interesse para a categoria.

Composto e impresso na Gráfica Editora Jornal do Comércio — Rua do Livramento, 189 — Tel.: 223-2613 — Rio de Janeiro.

Uma produção LIDE — Editorial e Serviços Jornalísticos, Ltda. Rua Senador Soares, 18 Vila Isabel. CEP 20.541. Tel.: 208-5686. Rio de Janeiro, RJ.

EDITORIAL

aproximadamente um
professores reto-
de modo organizado e
cadas, suas lutas
tórias, dando início a
uma etapa na vida do

sentindo mudanças,
se efetivarem neces-
impõem novos níveis
e mobilização,
grupo de profes-
organizou-se na Chapa
entavam a formação
Chapa a eleição de uma
que pudesse liderar a
professores e a aber-
para a categoria, do
de decisão dos rumos

eleição, que transformou
a 2 em diretoria, e o
crescente de profes-
sindicalizados avaliam
de comportamento.
espaço determinado por
a diretoria do Sindicato
sua prática. Assim,
do permanente, têm
procuradas as formas de
ação que garantam a
na cada vez maior do
to dos professores em
as decisões; que ga-
à diretoria o cumpri-
do seu papel de propul-
lutas, de codificadora
postas e de executora
pósitos da categoria;
ão permitam que pe-

quenos grupos determinem,
para o conjunto dos profes-
sores, os destinos de suas
lutas.

Desta forma, é permanente
a procura de vias que per-
mitam a ampla ligação entre a
categoria e a diretoria que a
representa. Neste quadro, é
que se inserem as Zonais.

Durante a greve dos
professores de 1º e 2º graus
da rede particular de ensino,
as Zonais constituíram-se num
importante instrumento de
mobilização e organização do
Movimento. Os professores de
cada região aglutinavam-se
para discutir a organização da
greve, os piquetes, os pro-
blemas surgidos nas escolas.

Durante a mobilização da
greve, ali era feito o balanço
da situação e se tomava ciência
da realidade do Movimento
em cada região. Esses diag-
nósticos eram encaminhados a
reuniões formadas pela di-
reção do Sindicato, represen-
tantes de Zonais e demais
companheiros que dela
quissem participar. Ali as
discussões políticas eram
aprofundadas e as várias
visões do Movimento podiam
ser democraticamente de-
batidas.

Comparecendo às escolas,
às Zonais e à reunião am-

pliada, ela possuía os elemen-
tos necessários para exercer o
comando do Movimento. As
decisões definitivas eram
tomadas em Assembleia Geral
da categoria. Assim, se
processou o movimento dos
professores durante o período
da campanha salarial.

Cessado o movimento da
greve, imaginávamos que as
Zonais se constituiriam no ins-
trumento que serviria de li-
gação entre a direção do Sin-
dicato e as escolas. Suas fun-
ções seriam sindicalizar, divul-
gar as atividades da entidade,
manter contatos com os
professores para que, em con-
sonância com a diretoria,
pudéssemos iniciar a orga-
nização nas escolas.

No entanto, o tempo nos
mostrou uma realidade dife-
rente. Os professores foram-
se afastando, as reuniões es-
casseando, o contato com a
categoria se perdendo, tudo
isso malgrado o esforço de al-
guns colegas. Dessa forma,
elas, na prática, se extingui-
ram, não cumprindo o
papel que se esperava.

Na realidade, o que não
entendêramos no momento
após a greve, é que isso iria
acontecer, pois as Zonais
eram, exclusivamente, frutos

do movimento grevista. Elas
representavam a expressão da
mobilização dos professores
de cada região, em torno da
greve. Naquele instante, elas
executavam as decisões to-
madas pela diretoria do Sin-
dicato e pelas Assembleias
Gerais. Seus representantes
eram indicados pelos profes-
sores para organizar a greve e
não para se transformar em
representantes permanentes
das escolas no Sindicato. Sua
representatividade, sob este
ponto de vista, cessa com o
término da greve.

A falta de compreensão
desses fatores fez com que,
durante alguns meses, per-
durasse uma situação fluída,
onde alguns componentes de
Zonais reivindicavam um
poder decisório que não
podiam ter, enquanto a
maioria não se incorporava, de
vez, ao trabalho sindical.

Entretanto, um problema
persiste. E as pessoas que
foram ganhas para o trabalho
sindical? A elas está aberto o
espaço de participação nas
comissões. As comissões de
jornal, cultural, de sindicali-
zação, etc, têm que se di-
namizar. Sua ação efetiva fará
com que o Sindicato se consi-
solide na categoria e que pos-

samos, então, avançar em
nossa organização, estru-
turando os professores nas es-
colas. Esta tem que ser nossa
política: criar, em cada co-
légio, a representação dos
professores junto à direção da
escola e ao Sindicato.

Com essa conduta, es-
taremos criando condições de
avançar concretamente na
democratização da nossa en-
tidade, sem vacilarmos diante
de propostas aparentemente
democráticas.

As Zonais, durante o
movimento grevista, são jus-
tas e uma exigência no atual
estágio de nossa organização.
Porém, transformá-las num
elemento permanente, sem a
organização dos professores
nos locais de trabalho, é criar
um espaço que, apesar das
boas intenções de muitos
companheiros, será fatalmen-
te antidemocrático e não
representativo da categoria.

Isto se choca com o
programa da Chapa 2, que tem
dois pontos centrais: mobi-
lizar e organizar a categoria e
democratizar o Sindicato.
Nesta tarefa estamos em-
penhados de corpo e alma e só
a categoria nos poderá julgar.

aprovação da lei salarial

arta-feira, 24 de outubro. Chegam dirigentes sin-
de todos os cantos do país a Brasília para acompanhar
a votação no Congresso do projeto de reforma da po-
salarial pretendida pelo Governo.

ma vinda a Brasília teve a finalidade de fazer pressão
o projeto do Governo e obter a aprovação do sub-
do MDB, elaborado por líderes sindicais e parla-
assessorados pelo dr. Ulisses Riedel Rezende. Este
to cixo garantir a livre negociação entre empregados
gadores e pretende a revogação de toda a legislação
cho salarial", promulgada após 64.

mesmo tempo seriam feitos contatos na área do
do Trabalho para cobrar a suspensão das inter-
nos sindicais de bancários (Rio e Rio Grande do
Ceará).

quinta-feira pela manhã, após contatos no Minis-
Trabalho, foi realizada uma reunião com cerca de
entes sindicais, onde o projeto do Governo foi mais
repudiado. De fato, ao reduzir as negociações
a discussão entre empregadores e trabalhadores
umento de produtividade, fator nebuloso e insig-
(para nós, professores, o que é produtividade?!);
lar os reajustes salariais semestrais (de acordo com
izados sem a interferência das entidades sindicais e
ter toda a legislação restritiva dos direitos do tra-
(liberdade contratual, direito de greve, etc), o
não só pretende esvaziar a luta sindical como impor
mais a tutela autocrática da ditadura onde deveria
a liberdade de negociação coletiva entre patrões e
ados. A reunião decidiu:

formação de uma comissão de sindicalistas para
com líderes da ARENA;

formação de pequenos grupos de dirigentes sindicais
procurar e pressionar deputados, senadores da
visando garantir sua presença na sessão e entregar
principais emendas ao projeto governamental
pelos sindicatos (partes do substitutivo do

divulgação de uma carta à população denunciando
do Governo, tanto no plano de política salarial como
à reforma nari

— que seria exigido em plenário pelo MDB a votação
nominal da emenda prioritária, garantindo a livre nego-
ciação.

Antes da votação fizemos nova reunião com parlamen-
tares do MDB. Os contatos da comissão sindical com os
líderes arenistas haviam sido totalmente infrutíferos e ainda
por cima dezenas de arenistas não iriam à sessão para im-
pedir o quorum. Assim, o MDB não poderia solicitar vo-
tação nominal quando melhor poderíamos identificar os
reacionários antipovo, pois se isto ocorresse ficaria con-
figurada a inexistência do quorum sendo suspensa a sessão e
consequentemente o projeto governamental seria aprovado na
íntegra por decurso de prazo.

Nessa medida com a rejeição certa por parte da ARENA
(maioria no Congresso) para a votação do substitutivo do
MDB, a única alternativa era tomar como base o substitui-
tivo da comissão mista que havia melhorado o projeto
original do Governo no que tocava à incorporação de tra-
balhadores avulsos e sem data-base aos reajustes semestrais,
e à perspectiva de unificação do salário mínimo, sem mo-
dificá-lo em essência. Como protesto o substitutivo do MDB
seria apresentado em plenário sob forma de emendas.

Como já era de se esperar, o substitutivo da comissão
mista foi aprovado sem emendas nas sessões do Congresso,
apesar dos protestos do MDB e dos líderes sindicais.

Assim, o Governo, através da ARENA, aprovou uma
nova política salarial "em nome do interesse dos traba-
lhadores", diante das galerias onde líderes de milhares de
trabalhadores, que o Governo diz representar, tornam
pública sua revolta e protesto.

Cada dia fica mais evidente o total divórcio entre a
política do Governo militar e os interesses dos trabalhadores
do povo. Basta lembrar o outro golpe que a ditadura está
pondo em prática: a dissolução do MDB, para dividir a
oposição popular.

O movimento sindical perdeu apenas uma batalha. A
luta continua pela liberdade de negociação coletiva, pela
liberdade sindical e pelo direito de greve

Brasília, 26/10/79.

Ricardo Coelho

Da importância da consciência dos motivos da conduta

José Monreivi Ribeiro

"Não há nada mais importante e
curioso na vida do que os motivos dos
atos humanos" (Gorki)

Observando-se o recente movimen-
to sindical do pessoal docente no Rio de
Janeiro, nota-se, salvo melhor exame,
que, pelo menos aparentemente,
depois de cumpridas determinadas
tarefas (reuniões, greves etc.) da luta
pela atenuação das necessidades
materiais da categoria, muitos profes-
sores parecem inclinados a caminhar
na busca de satisfação de suas neces-
sidades espirituais (atualização de
conhecimentos, lazer etc.), se bem que
não seja este último o motivo principal
de sua atuação, pois, como se sabe, as
necessidades humanas estão determi-
nadas pelas condições sociais de
vida.

Os professores, como membros da
classe trabalhadora de uma sociedade
dividida em classes antagônicas, têm
muito limitadas possibilidades no sen-
tido de verem satisfeitas suas neces-
sidades, tanto materiais quanto es-
pirituais, sobretudo aquelas, das quais
estas dependem. O contrário ocorre
com os donos de estabelecimentos par-
ticulares de ensino, componentes de
classe dominante, detentora dos meios
de produção.

Nesta visão dos acontecimentos em
questão, entrevêm-se fortes vivências
emocionais e carência de atitudes sen-
timentais.

Emoções e sentimentos são vivên-
cias que têm origem na realidade ob-
jetiva: nos acontecimentos sociais, por
exemplo. Mas, enquanto as emoções
são vivências afetivas, que têm um
caráter circunstancial, os sentimentos
são atitudes constantes de caráter his-
tórico.

Por aqui, pode-se vislumbrar, entre
os membros de cada categoria, a

de seus atos no processo da luta sin-
dical.

No caso da categoria econômica,
patronal, segmento da classe domi-
nante, seus elementos, em conjunto,
adquirindo consciência dos motivos de
seus atos, passaram a modificar sua
conduta: unindo-se, tornando-se mais
fortes, passaram a sustentar uma
atitude, não de caráter circunstancial,
afetivo, mas uma atitude constante, de
caráter histórico, voltada para os in-
teresses e os motivos individualistas e
pessoais na atividade do trabalho,
própria da sociedade capitalista: a
competição, a ambição pelo progresso
pessoal, a superação do outro; e não
orientada para os interesses e os
motivos pessoais, vinculados aos in-
teresses sociais.

Quanto à categoria profissional dos
professores, segmento da classe do-
minada diretamente envolvida no em-
bate e sem o apoio do Poder Público,
seus membros, em conjunto, ainda
carecem de maior consciência dos
motivos de seus atos, a fim de que,
vendo as coisas de modo diferente,
modifiquem acentuadamente, sua con-
duta: unindo-se, coesamente, os
professores, a categoria será mais for-
te, passando a sustentar uma atitude,
não de caráter emocional, afetiva, cir-
cunstancial, mas sentimental, cons-
tante, de caráter histórico.

Os motivos da atuação humana são
determinados pelas tarefas que o
homem deve resolver, assim como as
tarefas vêm determinadas pelos
motivos.

Dai, a importância da orientação
da categoria profissional no sentido de
que nela se desperte a consciência dos
motivos de seus atos e de sua própria

Aumento em novembro: não se deixe enganar

O Congresso Nacional aprovou, a 25 de outubro passado, o substitutivo da Comissão Mista que "dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências".

É indispensável que iniciemos um amplo debate em torno do real significado dessa Lei, verdadeiro emaranhado de artigos e parágrafos, taxas e índices, prazos e datas. O propósito de confundir o assalariado, impedindo-o de cotejar com clareza os dois números — aumento do custo de vida e aumento salarial — em torno dos quais gravitam sua angústia e suas preocupações, parece óbvio.

Mas não é só isto. A possibilidade — a probabilidade — do governo manipular os índices que fixarão os aumentos salariais semestrais é enorme. Não nos esqueçamos que no comando da política econômica nacional está o notório sr. Delfim Netto, o entusiasta do arrocho salarial, o inventor do índice de 12% para a inflação de 1973.

E mais: é ostensiva a intenção de esvaziar o movimento sindical, retirando dos trabalhadores a sua principal arma de luta por salários menos escorchantes: A NEGOCIAÇÃO DIRETA COM OS PATRÕES.

No momento, porém, queremos apenas alertar o professorado da rede privada de que, de acordo com a citada Lei, nossos vencimen-

tos ficaram corrigidos, a partir de 01 de novembro último, de 22% sobre os salários vigentes em 01 de abril do corrente.

Como, nos termos do acordo celebrado com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º grau, a partir desta data nosso vencimentos foram reajustados em 56%, o cálculo que cada professor deve fazer para conhecer os seus novos salários resume-se a aplicar 22% sobre os vencimentos resultantes do referido Acordo. Assim, por exemplo, quem ganhava, em 1978, Cr\$ 5.000,00, passou, pelo Acordo, a ganhar Cr\$ 7.800,00 (Cr\$ 5.000,00 mais 56% de Cr\$ 5.000,00); a partir de 01 de novembro, passa a perceber mais 22% sobre Cr\$ 7.800,00 (22% de Cr\$ 7.800,00 — Cr\$ 1.716,00) totalizando Cr\$ 9.516,00.

Quanto aos professores de 3º grau, estando ainda pendente, no Tribunal Superior do Trabalho, o julgamento do Dissídio Coletivo, terão direito ao aumento de 22% aqueles cujo último reajustamento tenha ocorrido até abril do corrente ano.

Em caso de qualquer dúvida, pedimos aos companheiros que nos procurem no Sindicato. Lembramos, finalmente, que se aproxima a hora de encetarmos a campanha salarial de 1980, sendo portanto, oportuno que se comece desde já, a debater o assunto nas escolas.

A Diretoria

Aqui, nosso reajuste

Atenção! O reajuste de 22% é para todos os trabalhadores que tiveram seu último aumento em dezembro de 78, janeiro, fevereiro, março ou abril de 79.

Para um controle melhor das correções a que temos direito, vai a tabela abaixo:

CALENDÁRIO DAS CORREÇÕES E AUMENTOS

Se o seu último aumento foi em	Você tem direito a				Você tem o direito de negociar o aumento em
	1ª Correção		2ª Correção		
	MÊS	VALOR	MÊS	VALOR	
Nov 78	Nov 79	22%	Nov 79	INPC	Nov 79
Dez 78	Nov 79	22%	Dez 79	INPC	Dez 79
Jan 79	Nov 79	22%	Jan 80	INPC	Jan 80
Fev 79	Nov 79	22%	Fev 80	INPC	Fev 80
Mar 79	Nov 79	22%	Mar 80	INPC	Mar 80
Abr 79	Nov 79	22%	Abr 80	INPC	Abr 80
Mai 79	Nov 79	INPC	Mai 80	INPC	Mai 80
Jun 79	Dez 79	INPC	Jun 80	INPC	Jun 80
Jul 79	Jan 80	INPC	Jul 80	INPC	Jul 80
Ago 79	Fev 80	INPC	Ago 80	INPC	Ago 80
Set 79	Mar 80	INPC	Set 80	INPC	Set 80
Out 79	Abr 80	INPC	Out 80	INPC	Out 80

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor que exprime o aumento do custo de vida.

Sindicato prepara a nossa nova luta

O Sindicato dos Professores começa a preparar a campanha salarial do próximo ano, levantando dados para a elaboração de um anteprojeto de reivindicações. Mas, para que esse anteprojeto reflita as necessidades da categoria, é preciso que tenha informações básicas sobre a real situação do professorado hoje.

Para ter um quadro o mais próximo possível da realidade, estamos distribuindo, junto com o jornal, um questionário, solicitando informações sobre salários e condições de trabalho. É importante que você responda ao questionário e o

remeta, imediatamente, ao Sindicato (Rua Pedro Lessa, 35, 2º andar).

É importante lembrar que, aos ganhos de 79 — aumentos além do índice oficial —, somaram-se a mobilização da categoria por melhores condições de ensino. Os 56% obtidos, porém, não refletem a vontade e a necessidade do professorado, considerando a taxa de inflação e o aumento do custo de vida. Só com a participação e união da classe é que será possível obter as conquistas que consideramos justas.



Senai inicia sua campanha

Após a vitória obtida, no início do ano, em sua campanha salarial, os instrutores do SENAI retomam a luta por melhores salários.

A data-base da categoria passou a ser 1º de dezembro e, portanto, os companheiros já elaboraram sua proposta salarial.

Entre outras reivindicações, constam o reajuste de 75%, mais os índices oficiais de inflação correspondentes aos meses de outubro e novembro de 1979; gratificação

de 30% para professores que ministram aulas em cursos especiais; abono de férias no valor da remuneração mensal; anuênio de 5%; promoção anual de 40% do pessoal do Quadro Docente e estabilidade para os membros da Comissão Representativa da categoria.

A Assembleia Geral de 29 de setembro, que aprovou a proposta salarial, teve a participação de cerca de 70 instrutores, o que serviu para indicar a disposição dos companheiros do SENAI.

Contribuição é fundamental

Prossegue a campanha pelos 10% nas escolas. É preciso esclarecer mal-entendidos que estão aparecendo. A contribuição para o sindicato não é de 10% sobre o salário total mas, sim, sobre o aumento conquistado em 1979. E essa contribuição é feita só uma vez, e não mensalmente, como entenderam alguns professores.

Os 10% são de fundamental importância para o Sindicato, pois compõem nossa

que nossa campanha salarial para 1980 exigirá uma série de gastos com material de divulgação para os professores (notas, matérias pagas nos jornais, etc.).

Diversas escolas já nos mandaram os 10%, cabendo destacar o Colégio Santo Inácio, do qual vieram, até agora, Cr\$ 53.392,00.

Procure conversar com os colegas que ainda não contribuíram para o Sindicato. A contribuição de cada um

Unidos Somos Fortes

Professor! Veja, aqui, reajustes salariais concedidos à categoria de 1964 até 79, simples observação do qual abaixo mostra como se dá o reajuste quando os sindicatos estão impedidos de atuar, atos de força, e o que é possível conquistar quando trabalhadores, unidos, cuperam seus direitos de pressão, para assegurar melhores condições para a sua categoria.

Em tempo, o reajuste de 65, como costuma afirmar o Ministro Delfim Netto, é fruto de um ano "atípico", ou seja, não serve para análise política salarial do Governo.

O QUADRO

%	%
1964 — 00	1972 — 24,2
1965 — 80	1973 — 13
1966 — 28	1974 — 17
1967 — 25	1975 — 42
1968 — 25	1976 — 42
1969 — 23	1977 — 40
1970 — 24,2	1978 — 39
1971 — 20	1979 — 56

Salário não paga feijão

A Lei de Reajuste Salarial baseia-se na fixação de reajustes no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Como todos nós sabemos, esses índices são sempre manipulados pelo Governo em prejuízo dos trabalhadores. Só para termos uma idéia da distância entre o que ganhamos nos supermercados e o que o Governo diz que ganhamos, publicamos a tabela abaixo, retirada do Boletim BAIM, de agosto de 79. Café, colegas, no período de janeiro de 78 a agosto de 79, enquanto o salário mínimo subia 88%, os gastos com a primeira necessidade subiram 301,4%.

TABELA

PRODUTOS	1978	1979
Café (1k).....	48,80	12,00
Pão (200k).....	0,80	2,50
Leite (1l).....	2,50	29,00
Manteiga (1k).....	5,50	1,00
Feijão (1k).....	6,70	1,00
Arroz (1k).....	2,30	26,00
Açúcar (1k).....	2,30	7,50
Banha (1k).....	26,00	45,00
Óleo (900ml).....	7,50	23,00
Carne fresca, 1ª (1k).....	23,00	17,00
Carne fresca, 2ª (1k).....	17,00	29,00
Carne seca (1k).....	29,00	25,00
Toucinho (1k).....	25,00	24,00
Lombo (1k).....	24,00	6,00
Macarrão (1k).....	6,00	1,50
Sal (1k).....	1,50	3,90
Talharim (1/2k).....	3,90	45,80
Gás de cozinha (13k).....	45,80	2,80
Sabão comum (barra).....	2,80	3,50
Sabonete médio (120g).....	3,50	12,00

**FORTALEÇA SEU SINDICATO
SINDICALIZE-SE**

QUADRO-NEGRO



Presos saem do inferno

AS torturas faziam parte da rotina daquela população de prostitutas, assaltantes, homicidas, psicopatas, desempregados — o chamado quarto extrato social. Viviam apinhados, como bichos. De alimento, a comida deteriorada, transportada em latões de óleo diesel. O dia-a-dia do Presídio Hipódromo, em São Paulo, só conhecia o lado mais dramático da realidade, quebrada apenas por esporádicas e isoladas tentativas de fuga.

No Hipódromo, de paredes de um cinza já sujo e de frases que insistiam na ilusão de dias melhores, explodiu a maior rebelião dos últimos anos no sistema penitenciário brasileiro. Seus mais de 300 presos, entre homens e mulheres, após mais uma frustrada tentativa de fuga, juntaram-se para exigir respeito pela sua condição humana, tomando como reféns os 30 funcionários do presídio, uma visitante e seu filho de quatro meses.

Durante 14 horas, a partir da tarde do último dia 12, eles negociaram um acordo. O que reivindicavam era apenas o cumprimento da lei. De um lado os presos, de outro o corregedor geral dos presídios, Renato Laércio Talli. E o acordo foi obtido. Já no dia 13, os dez prisioneiros que continuavam no Hipódromo além do prazo de suas penas começaram a ser libertados, enquanto os outros eram transferidos para outras penitenciárias paulistas ou para cadeias de seus Estados de origem. O Hipódromo era desativado.

Ao mesmo tempo, no mesmo dia 13, Getúlio Arruda, condenado a dois meses por um acidente de trânsito e um dos libertados, explicava ao corregedor Talli: "A carne vinha podre. Não somos porcos!"

Jari não está sob controle

Os membros da Comissão de Segurança Nacional da Câmara de Deputados constatarem, durante visita ao Projeto Jari, que há uma ausência quase total do governo brasileiro na área. Tanto que, segundo o deputado Edson Vidigal (relator da subcomissão criada especialmente para o projeto do milionário norte-americano Daniel Ludwig), qualquer providência para o fortalecimento do Poder Estatal brasileiro, na área — como a instalação de capitania dos portos, delegacia regional do trabalho e um destacamento da Força Armada Brasileira — ainda será muito pouco para responder às necessidades que o país tem de assumir, de fato, o controle da área.

Na opinião do deputado Péricles Gonçalves, membro efetivo da Comissão de Segurança Nacional, "entendemos que o Brasil deve e precisa assumir a posse e o domínio da área, fazendo com que os órgãos federais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Forças Armadas, Justiça Eleitoral, Inbra, IBDF, etc, atuem ali o mais breve possível."

Para o mesmo deputado, a culpa de tudo cabe ao próprio Governo brasileiro, "que permitiu essa orgia do Daniel Ludwig".

Por uma arte do trabalho

"A cultura é alguma coisa que nasce do trabalho e, por isso, é preciso devolver aos trabalhadores a criação da cultura humana". A frase do poeta Ferreira Gullar resume a intenção do CECUT — Centro de Cultura do Trabalhador — inaugurado em outubro, em solenidade no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

O CECUT é uma iniciativa do pessoal das bases de vários Sindicatos e também das associações de bairro, para reunir quem esteja preocupado com a nossa cultura, com a arte e a música popular, com o que o povo lê e escreve. Seus primeiros objetivos são os de construir uma biblioteca, organizar um cine-club e divulgar todos os trabalhos artísticos — pinturas, músicas, poesias, livros — feitos pelos próprios trabalhadores.

Povo vence na Bolívia

O fogo da repressão concentrada sobre as barricadas populares do bairro operário de El Alto e, numa cidade de 800 mil habitantes — La Paz — provocou a morte de 230 civis, numa estatística que não conta 11 "desaparecidos". Mas não foi o bastante. A violência que tentou sustentar, no Poder, os militares que desferiram o 208º golpe de estado da história boliviana, desta vez frustrou-se, caiu no vazio.

Para o coronel Alberto Natusch Busch, que no dia 1º de novembro ocupava o Palácio Quemado, afastando o presidente Walter Guevara Arze, o sonho de arbítrio durou 16 dias de completo isolamento. A conspiração que o levou à Presidência, até então empenhada em levar o País às eleições de 4 de maio de 1980, após-se, a força da unidade popular, afinal vitoriosa com a posse de Lidia Gueiler.

A condenação dos países do Pacto Andino, o não reconhecimento diplomático, a não ser pelo Egito; e a oposição popular, interpretada por uma combativa Central Operária Boliviana e por um Congresso que, em momento algum, aceitou a legitimidade da nova ordem — toda esta situação acabou por minar até mesmo o apoio de Natusch.

Ao coronel, já no início de seu efêmero "mandato", eram, por setores das Forças Armadas, colocadas as únicas alternativas: entregar o Poder à Suprema Corte de Justiça, passá-lo ao Legislativo; confiar ao último presidente constitucional (Adolfo Siles Salinas); ou enfrentar a guerra civil.

A segunda opção foi adotada. E, enquanto Natusch deixava Quemados, seu chefe das Forças Armadas, general Eden Castilla, cumpria a missão de transferir o Poder à presidente da Câmara dos Deputados, Lidia Gueiler Tejada, uma das fundadoras do Partido Revolucionário de Esquerda Nacional, junto com o atual líder da COB, Juan Lechin Oquendo.

A esta mulher, de 55 anos e larga militância política e sindical, que já conheceu o cárcere e o exílio, cabe conduzir o processo que resgatará a Bolívia da "crise" mais aguda desde a fundação da República, que regerá as eleições presidenciais de maio próximo; e que, com a resistência popular de novembro, manterá o País longe do fantasma do pinochetazo, que não hucua. Pelo menos agora.

A Censura não morreu

A apreensão do jornal "Repórter", retirado das bancas por ordem do Ministro da Justiça, Petrônio Portella, a suspensão do grupo Te-Atô e a nova proibição da música "Caminhando", de Geraldo Vandré (essa última medida, depois, seria revogada), servem para demonstrar que a Censura não está morta e que, a qualquer momento, pode atacar novamente.

Isso prova que o país vive ainda sob o arbítrio, o que só deixará de existir quando o povo puder escolher seus governantes em todos os níveis, por meio de eleições livres e diretas, a partir da eleição de uma Assembléia Constituinte.

Visitas para elogio ao Xá

Agora que estudantes iranianos invadiram a Embaixada americana em Teerã e a crise entre o Irã e os Estados Unidos atinge o ponto mais crítico, temos duas histórias para contar. A primeira saiu no Daily News, sobre a visita secreta que o ex-Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, e sua mulher, Nancy, fizeram ao ex-Xá Reza Pahlavi, internado no Hospital de Manhattan, para tratamento de câncer.

Após a visita, Kissinger declarou que "os Estados Unidos devem muito ao ex-imperador".... (o grifo é nosso.) A outra historinha quem conta é o próprio Xá, ao jornal Sunday Times: "quando o presidente Carter me visitou em Teerã, em dezembro de 1977, bajulou-me bastante e referiu-se ao Irã como uma ilha de tranquilidade numa região tida como das mais explosivas do mundo".

Indulto que não liberta

As vésperas de cometer a violência da extinção dos partidos políticos, o governo dá uma de bonzinho e publica um decreto de indulto onde, pela primeira vez, são incluídos os presos políticos. Mas, o engraçado é que nenhum preso político vai ser solto com esse indulto. Todos ficarão, como agora, dependendo da burocracia das cortes militares, que levam até três meses para conceder uma liberdade condicional. Por isso, rejeitam essa medida. Com isso, "o Governo perdeu a segunda oportunidade de pacificar a Nação", como disse o presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes.

CCC continua sem punição

Sem que tenham sido identificados os autores dos atentados cometidos contra a ABI, a OAB, a CNBB, o bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, e o jornal Dom Tempo, o terrorismo volta a agir. Nos dois últimos meses, os atos foram cientistas, intelectuais, jornalistas, bispos e sindicatos do Rio, São Paulo e Belém.

De São Paulo, o chamado Movimento de Reorganização do Marxismo tem lançado uma série de ameaças, que incluiu o Cardeal Arcebispo, Dom Paulo Evaristo Arns, chegou a agredir a mulher do físico, Mário Schemberg, Lourdes. Em Nova Iguaçu, a Catedral e o Centro de Líderes foram pichados com inscrições contra o bispo.

Em Belém, houve atentados — machações, depredações e até tiros — contra organizações sindicais e de Igreja. Em todos os locais atingidos os terroristas usaram tinta preta para gravar inscrições como "Arreia-Comunista" e "CCC — Comando de Caça aos Comunistas".

Um Dieese da nossa saúde

Você sabe quais são as doenças provocadas pela sua profissão? Sabe quais são as suas causas, consequências e soluções? O que os médicos pensam disso?

Na verdade, muito pouco existe sobre doenças profissionais no Brasil. E esse assunto, de interesse da maioria da população brasileira, fica parecendo que não existe, num desconhecimento que, obviamente, só prejudica os trabalhadores na ampliação de suas reivindicações por melhores condições de vida.

Foi para preencher esse espaço que 49 sindicatos e 6 federações paulistas, com apoio de entidades médicas, começaram este ano a realização de Semanas de Saúde dos Trabalhadores, levantando as doenças causadas pelo trabalho. O tema da primeira SEMSAT foi a Asma. Os seus resultados estão no Gibi dos Trabalhadores, patrocinado pelas entidades que organizam a Semana.

Este Gibi, cujo herói é o trabalhador, foi lançado no Rio no último dia 26 de outubro, no Sindicato dos Médicos, com a presença de dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e Santo André. Do lançamento, ficou a idéia da realização de SEMSATs também no Rio, possivelmente já a partir do próximo ano.



SALÁRIO Jacobina

Liceu: estórias de abusos

Patrões se negam a cumprir dissídio. Relações de trabalho são alteradas unilateralmente. Intransigência

O Liceu da artimanha

A filantropia pode ser justificativa para o não cumprimento de acordos salariais? Para a Sociedade Propagadora das Artes, que mantém o Liceu de Artes e Ofícios, parece que sim, já que ela, há anos, se recusa, sistematicamente, a pagar os reajustes devidos aos professores por força dos vários dissídios. A desculpa é exatamente esta: Como a sociedade tem fins filantrópicos e luta contra a falta de recursos, não há condições de pagar os dissídios integralmente.

O espírito filantrópico não existiu, entretanto, quando a direção do Colégio, nos últimos três anos, aumentou as men-

favor, pagar o reajuste devido a partir de abril, porque nem isto vinha sendo respeitado.

Esta atitude do Liceu é inexplicável, na medida em que recebe subvenção estadual e diversas facilidades fiscais. Além disso, sua direção realiza, para conseguir mais recursos, cursos livres (pintura, fotografia, escultura) e já projeta até uma faculdade — tudo pago, porque a filantropia parece só existir para que o salário dos professores seja reduzido.

Este ano, a partir da intensa mobilização dos professores, um memorial com cerca de 200 assinaturas chegou à direção do



salidades (como qualquer colégio particular interessado apenas no lucro) de Cr\$ 270,00 em 1977, para Cr\$ 600,00, este ano.

Também não há espírito filantrópico na rotina sistemática de demissões de professores em qualquer época do ano e sem justificativa, gerando um clima de apreensão e medo.

Não é à-toa que o Liceu de Artes e Ofícios hoje se vê às voltas com diversos processos na Justiça do Trabalho, tendo virado rotina as denúncias de seus funcionários e do próprio Sindicato. Este ano, a diretoria resolveu, como um grande

colégio, exigindo providências. Este memorial foi entregue por uma comissão que incluiu uma representante do Sindicato.

Depois de muitas proteções, para que pudesse estudar os termos do memorial, a direção da escola concordou em realizar uma reunião com o corpo docente do colégio e representantes sindicais, no dia 10 de outubro. Mais uma vez, desculpas a respeito do caráter filantrópico e da falta de recursos. Por isso, os professores do Liceu continuam mobilizados, junto com o Departamento Jurídico do Sindicato, para decidir os rumos a tomar diante da intransigência do colégio.



No Jacobina, menos dinheiro

Alteração unilateral das relações de trabalho, coação, intransigência patronal, descumprimento reiterado de compromissos e várias outras irregularidades, que chegaram, inclusive, a atingir o corpo discente. Eis a situação com que, há um ano, se defrontam os companheiros da Faculdade de Educação Jacobina.

Tudo começou em novembro de 1978, quando, verbal e sumariamente, a direção da Faculdade comunicou aos professores que, no próximo período letivo, instituiria o regime de tempo contínuo, pelo qual, além das horas ocupadas em sala de aula, os companheiros exerceriam outras atividades docentes extraclasses.

MANOBRAS

Após de aparente vantagem havia, em verdade, manobra para baixar o custo/hora do trabalho do professor. Assim, os colegas, desde logo, deixaram claro que a aceitação eventual do novo contrato não implicava a aceitação de condições salariais lesivas e estipuladas pelos patrões, em desrespeito à lei.

Mas a direção manteve-se intransigente. Comprimi o salário real vigente no ano pas-

sado e nem sequer forneceu o texto contratual. Com o desfecho da greve dos professores de 3º grau, a Faculdade propôs reajustamento que só atingia dois dos quatro níveis da carreira, e, ainda assim, alguém do índice oficial.

Os professores não aceitaram a proposta e, com cobertura jurídica do Sindicato, conseguiram que, no dia 10 de julho, se instalasse mesa-redonda na DRT, da qual saiu comissão paritária, com o objetivo de estabelecer negociações diretas.

Nenhum resultado. A direção desconsiderou a Comissão. Seus representantes mantiveram a mesma intransigência. Os professores, já então, constituídos em Associação, decidiram, em assembléia realizada no dia 16 de julho, tentar o diálogo com a entidade mantenedora da Faculdade — a ASEP —, que, todavia, recusou, de plano, a tentativa.

OFENSIVA

Foi, então, que a Faculdade passou à ofensiva. No mesmo mês, e de surpresa, entrou com ação declaratória contra os companheiros. Mas, em setembro, o julgamento decidia pela

improcedência: os professores deveriam ser pagos, e não se poderia anular o contrato de trabalho.

O passo seguinte foi cobrar uma multa aos alunos, que chegaram a mil e mereceu um impudor. Em seguida, coação: ou os professores aceitavam o regime contínuo, com os critérios de remuneração rejeitados; ou voltavam a carga horária de 12 horas, com decréscimo na remuneração global.

Mas a Faculdade seguiu. E, assim, propôs ao Departamento Jurídico do Sindicato. No encontro realizado dia 2 de outubro, representantes da direção manteve a sua posição. A custo, concordou em caminhar para esse modo a se deixar documentado, o que se deu.

Em vez de cumprir a promessa, o patrão e os companheiros começaram a voltar, todos, à carga horária de 1978, com a redução dos salários a partir de 15 de outubro, aliás, do professor.

Abra a sua boca

Atenção, professores! A partir deste número, a Folha do Professor terá uma página dedicada apenas às denúncias. Mas, para que as reportagens retratem a situação de cada escola, os abusos cometidos, a colaboração de vocês é imprescindível. É escrevendo para o Sindicato, se disposto a falar (claro que o seu nome será omitido, para evitar represálias), informando sobre as irregularidades, que você estará garantindo uma correta cobertura sobre o que acontece em sua escola. A página de denúncia depende de cada professor. Não feche os olhos e a boca. Garanta os seus direitos. Escreva. Informe.

Burlar leis é com SENAC

A criatividade do SENAC parece não ter limites... principalmente quando se trata de burlar as leis trabalhistas. É que o SENAC conseguiu transformar as denúncias das violações das leis trabalhistas, que constam do processo de fiscalização e autuação, em um processo de "Orientação", como se a entidade fosse uma pequena empresa que desconhecisse os direitos de seus professores e instrutores.

Mas o SENAC não pode desconhecer direito nenhum! Isto porque ministra cursos

balhista e tem em seu quadro pessoal altamente qualificado no setor (alguns são até servidores do Ministério do Trabalho).

Moral da história: só mesmo a categoria é que pode defender de modo apropriado os seus direitos e denunciar entidades como o SENAC, que além de tudo mantém as irregularidades com relação ao salário dos professores e instrutores e apresentou um Plano de Classificação de Cargos que não atende aos interesses dos empregados.

UGF ataca outra vez

A Universidade Gama

as relações dentro da reitoria chama de "intransigência da UGF". Serviço de Comunicação Social, cujo objetivo é afastar o Sindicato da Universidade.

O tal Serviço de Comunicação Social, segundo fletido distribuído na servidão de canal direto professor e a reitoria, como desejamos, sugerir, informar e até tudo.

A categoria não deve deixar enganar por manobra. O que precisa dividir o professorado é o Sindicato por melhores condições

OXFORD Curso ameaça Professora com a polícia

Professor demitido não pode nem fazer visita. Nas salas, aparelhos de escuta auxiliam a repressão.

dois anos e meio no Curso Oxford, a Maria Elizabeth foi demitida. Mas, resolveu passar por lá algumas. Na mesma tarde recebeu uma carta do curso, mas "inibindo a sua e ameaçando a polícia, em caso de denúncia".

Maria Elizabeth, o funcionário considerado "pergrata" nem causa porque, no dia-a-dia, o professor é encarado como uma ameaça em potencial, que trata toda forma policial.

LICENÇA
No dia 10 de maio deste ano, a professora pediu licença remunerada de sete dias, mas, após uma semana, não recebeu resposta, um mês depois.

Então, licença pelo INPS, apresentando médico. Mas, depois, soube que meu nome não fora aceito, e fui obrigado a retornar ao trabalho. Maria Elizabeth.

No curso decidia a direção sempre a respeito de 20 dias, Maria Elizabeth recorreu ao Sindicato, que não aceitou. Ela não pode ir ao curso com nenhuma, pois sua licença seria usada para outra causa, por de emprego. Ela não, mantiveram a licença, na sala dos professores, até que dois dias depois, ela pediu que eu

uma professora com o Departamento Pessoal, foi apresentada ao curso. "Pedi ao curso", conta Elizabeth, "que isso não fosse exigido, já que eu não declaro". Chegou a uma reunião com o médico da em-

presa tinha recebido seu "atestado", e concluiu que sua doença — depressão — era muito grave, incapacitando-a para o trabalho. Maria Elizabeth tentou falar com o médico e com o advogado do curso, mas "estavam muito ocupados".

Resolveu, então, entrar na Justiça. E ganhou. O curso teve que entrar em acordo e pagou seu Fundo de Garantia. Dias depois, uma visita de cinco minutos, no intervalo das aulas, a duas professoras do curso, foi classificada de invasão e valeu-lhe uma ameaça: se voltasse, seria expulsa pela polícia.

ESPIONAGEM

Segundo Maria Elizabeth, o professor é controlado desde que entra para o curso. Recebe logo um programa e um regulamento, que ficam junto ao seu fichário. Ao mesmo tempo, é avisado que deve chegar 15 minutos antes da aula começar, e bater cartão. A partir de 12 minutos de atraso, já será descontado. Faltas, só justificadas pelo INPS.

Da mesma forma, o programa do curso é inteiramente feito pela diretoria, sem interferência do professor. Os livros adotados, editados pelo curso (muitos são batidos à máquina), custam mais caro do que livros importados, "coisa que os alunos reclamam muito", segundo a professora.

A proibição de falar de sexo, política ou religião é um dos itens do regulamento. Para controle, há aparelhos de escuta nas salas de aula. "Professor também não pode parar no corredor para falar com aluno".

NAMORO DA DEMISSÃO

"Uma vez", conta Maria Elizabeth, "fui advertida porque minha blusa estaria transparente. Também não permitiam que as pessoas fossem trabalhar com lenços na ca-

beça, diziam que não ficava bem."

Professoras grávidas, segundo Elizabeth, não são bem vistas pela diretoria, segundo a qual, "mulheres, neste estado, ficam muito sensíveis, prejudicando as aulas." "No dia em que você engravidar", teria dito a diretoria a uma professora, que sofria contínuo inquérito sobre uma possível futura gravidez, "será o seu funeral".

Os professores mais antigos ou com maiores salários acabam por ser demitidos. Uma professora foi demitida por ter uma doença considerada prejudicial: desvio na coluna. Outra, uma inglesa, porque ganhava muito — era "anti-econômica".

Não é permitido namoro entre os professores. Uma diretora que namorou um diretor de outra filial recebeu um aviso de que tinha sido demitida. Motivo: atraso dentro dos 15 minutos e sua vida pessoal. A professora foi recebida pelo porteiro, que lhe entregou suas sacolas e proibiu-lhe a entrada.

REPRESALIAS

Antes da greve, ninguém sabia o salário de ninguém dentro do curso.

"Quando a gente chega no curso", explica Elizabeth, "a primeira coisa que dizem é: olha, o seu salário é um dos maiores, não comente isso. Há todo um clima de sigilo. Até usávamos nomes de guerra. Professor Dias virava Mr. Day, por exemplo."

Mas, na época da greve, criou-se um grupo dentro do Oxford para discutir a situação e participação de cada um. E os professores começaram a descobrir o salário uns dos outros: disparidades, falta de critérios, antigos recebendo menos do que novos, etc. E o curso não gostou.

Depois da greve, nove desses professores foram demitidos.

Curso Oxford S.A.

Rua São Clemente nº 283 - apart. 102
Rio de Janeiro - RJ

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1979

A
Maria Elizabeth Diogo Rizzo
Rua São Clemente nº 283 - apart. 102
RISTA

Tendo chegado ao nosso conhecimento da sua invasão na nossa Filial Botafogo, comunicamos-lhe que a sua presença está proibida em quaisquer dependências do CURSO OXFORD.

A desobediência de V.Sa. ao presente aviso será entendida como tentativa de perturbar o andamento do serviço, pelo que utilizaremos medidas policiais para a sua expulsão e consequente aplicação das medidas penais cabíveis.

João Rodrigues
Advogado

Curso Oxford S.A.
RUA DE JANEIRO - BRASIL

A
Maria Elizabeth Diogo Rizzo
Rua São Clemente nº 283 - apart. 102
Botafogo
Rio de Janeiro

"Nada a declarar"

"Teremos imenso prazer em recebê-los", disse o advogado do Curso Oxford, Dr. João Rodrigues, ao ser procurado pela *Folha do Professor*, para falar sobre o caso da professora Maria Elizabeth Diogo Rizzo.

Foi com igual gentileza que, dias depois, recebeu a repórter — não sem antes pedir-lhe que mostrasse sua identidade. E a entrevista versou sobre assuntos diversos. Perguntando à repórter se estava a par do último dissídio dos professores, Dr. João

declarou-se solidário. Demonstrou interesse pelo jornal do Sindicato.

Quanto ao caso da professora Maria Elizabeth, disse não ter muito a declarar. "Ela é uma *non grata* no curso, a quem a empresa não admite por razões que ela mesma conhece. Evidentemente, quando a empresa toma esta medida, tem respaldo."

E ofereceu-se para dar qualquer informação a respeito do assunto, desde que tenha "interesse jornalístico".

Incrível! Escola adota Piaget e cassa alunos



Várias crianças — entre três e cinco anos — tiveram sua matrícula na Escola Experimental Jean Piaget, no Méier, negada pela diretoria da Escola, em outubro. Os pais, surpresos de início, logo perceberam uma coincidência: todas as crianças discriminadas eram filhas de membros da Associação de Pais de Alunos.

No dia da matrícula, a secretaria reagiu à insistência dos pais em saber as razões da proibição, chamando a polícia. "Se a senhora estiver se sentindo ameaçada", teria dito o cabo da patrulha chamada, "vã dar queixa-crime na

delegacia, pois não foi configurado delito".

O motivo da discriminação das crianças, segundo Márcio Paes Leme, vice-presidente da Associação de Pais, não ficou ainda muito claro. Ele conta que a Associação surgiu de um grupo de pais que, em maio deste ano, resolveu se reunir, após receber uma circular da escola comunicando um novo aumento nas anuidades.

"Como já houvera aumento em 1979, após o reajuste salarial dos professores, dirigimo-nos ao Conselho Estadual de Educação, para nos certificarmos da sua legali-

dade. A diretoria da Escola soube que seria chamada ao CEE para esclarecimentos; e, logo depois, comunicava a suspensão do aumento."

Foi este mesmo grupo que resolveu criar, mais tarde, a Associação de Pais de Alunos da Escola Experimental Jean Piaget, cujo presidente ficou sendo o senhor Vigílio Braga Barreiros.

"De início, a diretoria nos recebeu muito bem. Inclusive, nossos estatutos foram divulgados através das cadernetas das crianças. Mais tarde é que notamos que estávamos sendo indesejáveis para a Escola."

Piaget, a Inteligência Humana e a Sociedade

Ana Szapiro

"O indivíduo é essencialmente social. Ele o é, não por consequência de contingências exteriores, mas por consequência de uma necessidade íntima: ele o é geneticamente."

Esta afirmação reflete a essência do pensamento de Henry Wallon, um dos maiores psicólogos de nossa época, que buscou construir uma teoria sobre o desenvolvimento da criança lutando contra concepções positivistas no interior do conhecimento. E Wallon foi, coincidentemente, um dos maiores opositores a Piaget, a quem todos os educadores de nosso país reservam "um justo lugar de honra mas que, todavia, o fazem, na maioria dos casos sem exercer uma crítica mais de fundo.

Tomemos aqui um dos aspectos particulares da teoria piagetiana, aquele onde se coloca claramente a posição

A criança ao nascer não pensa; ela age, age sobre os objetos

desse autor quanto às suas concepções da natureza da relação indivíduo versus sociedade, expressa na sua forma de explicar o processo de socialização da criança.

Se, relativamente ao desenvolvimento da inteligência, Piaget o explica a partir, principalmente, do fator de "equilíbrio", mostrando que a evolução se processa na busca de estruturas mais equilibradas, possibilitando uma adaptação do sujeito ao mundo cada vez melhor, este mesmo fator (de equilíbrio) será também chamado a explicar o desenvolvimento social e emocional.

De saída, cabe indagar até que ponto é possível pensar no

desenvolvimento da inteligência a partir de todos os outros aspectos da totalidade humana? Piaget, quando explica o desenvolvimento da socialização, o faz no sentido de pensá-la nos mesmos moldes do desenvolvimento da inteligência. Se no plano cognitivo, o processo converge

Basicamente há uma indiferenciação entre o "eu" e o meio social

para as estruturas lógico-matemáticas de conhecimento que representam a estrutura de todos os realizáveis e possíveis, a emoção e a socialização acompanham necessariamente o mesmo desenvolvimento, exatamente da mesma forma. Destino previamente traçado, o homem deve, sem dúvida alguma, à sociedade um papel de estímulo esse desenvolvimento, acelerando-o ou, no caso inverso, dificultá-lo retardando-o. Mas, a direção está dada. Se não, vejamos:

A criança, ao nascer, não pensa. Ela age, age sobre os objetos. A aquisição do pensamento representativo e a conquista da função simbólica, marcam uma nova etapa na qual a socialização assume a forma daquilo que Piaget chama "pensamento egocêntrico". Há "confusão inconsciente entre o ponto de vista próprio e o dos outros". Basicamente, há indiferenciação entre o "eu" e o meio social. O jogo simbólico, onde a criança constrói a realidade em função dos seus desejos, representa a forma mais individualizada do "pensamento egocêntrico".

É no período do pensamento operacional concreto e formal que a criança vai atingindo os mais desenvolvidos níveis de socialização, tornando-se assim, cada vez mais equilibrada.

Através da troca e da cooperação crescentes a criança chega a construir relações não mais centradas no seu ponto de vista, mas baseadas na igualdade e na reciprocidade entre os membros do grupo social. E assim, no último período operatório normal à total reversibilidade operatória corresponde a total reversibilidade das relações sociais. Para Piaget, tanto as atividades dos sujeitos sobre os objetos, como as atividades dos sujeitos uns sobre os outros, "reduzem-se a um só conjunto no qual o aspecto social e o aspecto lógico, são inseparáveis, na forma e no conteúdo".

Algumas indagações são necessárias aqui. Partindo da hipótese de que seja possível trabalhar a dimensão cognitiva do sujeito em separado do plano afetivo-social, hipótese a qual particularmente

Para Piaget, o social e o lógico não se separam na forma e no conteúdo

achamos inaceitável, restariam, ainda assim, sérios problemas.

Inicialmente, o que seria o "egocentrismo" de Piaget? Um pensamento centrado no ponto de vista do sujeito, certamente. Mas, se, segundo o próprio Piaget, o que há de início é indiferenciação entre o "eu" e os outros, como falar de egocentrismo? Melhor dizendo: como aceitar o ponto de vista do sujeito predominando em seu pensamento se ainda não se constituiu o

sujeito? Ou será que Piaget concebe, na verdade, um sujeito constituído *a priori*, filiando-se, assim, aos idealistas do conhecimento?

Mas isto não é o mais grave. O homem, no seu desenvolvimento, caminha, segundo Piaget, do mais extremo individual para a co-

A análise piagetiana abstrai a sociedade enquanto sociedade

letivização ulterior, seguindo o mesmo modelo do desenvolvimento cognitivo. Outras questões aqui se colocam: é possível correspondência tão exata do processo de socialização com o desenvolvimento do pensamento lógico? E as contradições vividas pelo sujeito na sociedade? Como entender esse processo tão linearmente e aplicar o mesmo modelo num e noutro domínio?

A análise piagetiana abstrai a sociedade enquanto tal, pensando as relações do homem apenas ao nível dos objetos, colocando-se à margem das condições vividas pelos homens nas suas relações interindividuais.

Por isso Piaget é bastante explícito ao recusar-se "a acreditar que a sociedade ou a vida social (grifo nosso) sejam conceitos suficientemente precisos para serem empregados em psicologia".

Paralelamente, recusa-se também a admitir que a lógica dialética seja inteligível na explicação do desenvolvimento das estruturas mentais. Diz textualmente Piaget: "No plano do desenvolvimento

cognitivo... a tese de equilíbrios ou contradições inerentes aos próprios termos de pensamento é difícil de sustentar, menos no estado atual, pois que não se seguiu chegar até o momento de fornecer uma elaboração "lógica dialética".

Não por desconhecimento é evidente, mas por já tomadas, uma análise xista; é estranha à formação do autor. O meio social como já dissemos, reduz a simples relação criança-objetos, pensando-se o ambiente humano.

Na raiz do processo de socialização está, na verdade, a visão de que o homem constitui num ser social final de um processo de compreensão de que o homem é, como diz Wallon, essencialmente social. Assim, constrói uma teoria que visa a explicação do desenvolvimento dos indivíduos quanto ilhas isoladas das tradições em que estão ou não Piaget) colocadas de maneira permanente e historicamente.

Cabe indagar que "pécie" está mais vinculada dependente das demais.

O meio social é reduzido à simples relação entre a criança e os objetos

de o nascimento, do que a pécie humana? Que criança nasce sobrevida orgânica afetivamente senão a das necessária ligação com a sociedade, representada pela família desde o primeiro momento da vida?

"Ler" dá desconto

O Sindicato e a Livraria Ler — Livrarias Editoras Reunidas Ltda. — estabeleceram convênio beneficiando os associados com descontos de 20% sobre o preço de livros estrangeiros e 15%, sobre o de livros nacionais. Para ter direito a esses descontos, basta apresentar a carteira de sócio na Rua México, 31 — sobreloja.

Você quer Receber Nosso Jornal Em Casa?



Então mande-nos o seu nome, endereço e profissão.

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____ ESTADO: _____

CIDADE: _____

PROFISSÃO: _____

Professores definem sua luta

O debate do sistema educacional brasileiro e o reajuste salarial da classe foram definidos pelos professores de Curitiba como as lutas prioritárias da categoria, naquela cidade, após reunião durante a Semana do Professor.

Foi realizado inicialmente um "Seminário de Educação e Classes Trabalhadoras", pois a principal preocupação era discutir o problema das classes menos privilegiadas dentro do sistema educacional. Deste ponto de vista, uma abordagem sobre o tema "Educação e Cultura Popular" considerou o sistema nacional de educação elitizante e classista, ajustado a uma realidade nacional voltada para interesses externos, e cujas relações educacionais são marcadas pelo autoritarismo.

Dois dias de estudo foram dedicados ao tema "Delimitações para uma Política

Educacional", após os quais foi decidido que seria tirada uma "Carta-Programa de Educação, Nacional, Democrática e Popular".

A discussão do reajuste salarial foi o prosseguimento de uma campanha já iniciada em agosto, a partir de assembleias realizadas em algumas cidades do Estado, e de um questionário passado para toda a classe. Este questionário forneceu subsídios para a elaboração de um extensivo documento comparativo sobre os salários do magistério, o custo de vida e a inflação.

II Semana de Educação da UFRJ

Os alunos do Curso de Pedagogia da UFRJ, representados pelo CAED — Centro de Atividades da Educação, realizaram de 5 a 9 de novembro, a II Semana de Educação da UFRJ.

Os temas dos debates foram: "A Influência dos Meios de Comunicação na Formação da Criança", "Professorado e suas Funções", "Política Nacional Brasileira", "Educação como Controle Social", "Escolas Experimentais e Realidade Brasileira".

Estiveram presentes representantes do Sindicato dos Professores, ADUFRJ, além das sociólogas Moema Toscano e Mado de representantes das escolas montessoriana e piagetiana dos professores Lúcia M. Bayard Boiteux e outros, como a UEE, DCE Mário e outros.

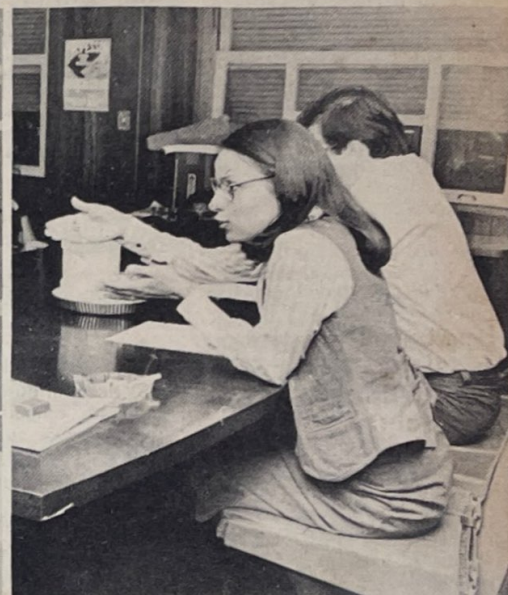
O Encontro, segundo seus participantes, abriu espaço para maior entrosamento entre os alunos, além de contribuir para despertar todos para o questionamento do ensino atual.

O oprimido se educa em Moçambique

será a pedagogia do oprimido, de que tanto os clássicos de Paulo Freire e de que tanto nós mesmos, ao criticarmos o ensino e as formas de educação usadas no Brasil? Como um oprimido pode, a partir de determinado ponto, passar a criar sua própria educação? Estas perguntas nos foram dadas na reunião que os professores Daniel Aarão Reis e Yessin Ramos fizeram no dia 9 de novembro no plenário do Sindicato, superlotado. Ele, ex-diretor do Caco e da Ume. Ela, ex-diretora do

Caco. Ex-banidos, que regressaram ao Brasil, beneficiados pela anistia, depois de passar quatro anos como professores da Universidade de Maputo, em Moçambique, eles fizeram um relato de como o povo moçambicano está construindo sua educação, a educação dos oprimidos, depois de se libertarem do opressor. Aqui, apresentamos um resumo do que foi a palestra de Sônia e Daniel, uma das palestras mais concorridas dos últimos tempos, que contou, além da brilhante exposição, com uma participação do

plenário, poucas vezes vista. O resumo obedece à mesma divisão dada pelos conferencistas: "Como era a educação antes da libertação; como a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) enfrenta o desafio da educação do povo; prioridade 1 das tarefas de libertação, e quais as contradições observadas nesse processo. Uma visão, como bem destacou o professor Daniel, que não é "eufórica, nem cor de rosa da revolução moçambicana, mas sim uma visão de luta, de tensões, de permanente trabalho de libertação,



educação antes

da independência, conquistada em setembro de 1975, a educação em Moçambique se dava de duas formas: pelo sistema formal, informal e oral, passado através das gerações, e o sistema tradicional, dos colégios religiosos e particulares. O sistema tradicional tem seus aspectos positivos. Através deles, a produção e as manifestações culturais do povo são transmitidas. Entretanto, apesar desses aspectos, que a revolução moçambicana procura resgatar — durante a colonização, os portugueses desprezaram — há deformações nesse método, em especial a discriminação contra os jovens e as mulheres. Ele é vertical, autoritário e termina por transmitir a ideologia dominante, a crítica e anseios de mudança.

O ensino institucionalizado atingiu apenas uma minoria do povo moçambicano, dedicando-se mais aos filhos dos colonos e a quadros da pequena burguesia negra. Sua característica era a personalização, levando, "cientificamente", o habitante local a valorizar apenas os valores do colonizador.

O objetivo era transformar o moçambicano em português, o filho do colonizador e aspirante a burguês.

Os alunos decoravam a geografia de Portugal, incluindo as esferas terrestres entre Lisboa e o Porto. Mas, para o seu país, Angola, Guiné — Bissau, os livros didáticos reservavam apenas três páginas. Nas missões rurais, a igreja cumpria o mesmo papel e, nos colônios, indagavam por que os padres e freiras diziam que o branco e o Diabo preto — o colonizador acrescentou mais elementos discriminatórios — a repressão o afastava, imediatamente, da escola.

Assim como em toda sociedade capitalista, em Moçambique os fatores econômicos eram fatores determinantes da seleção, para o ensino, os bem dotados de berço pudessem galgar alguns degraus da vida escolar.

O ingresso na Universidade se restringia ainda mais já que, nos testes de "competência", o aluno precisava provar sua capacidade de "civilizado": cantar o hino português à perfeição, dormir de pijama, e nunca cuspir no chão. Para que as instituições educacionais pudessem fiscalizar a vida do aluno, ele precisava apresentar um documento, autorizando a polícia a invadir sua casa e verificar, realmente, obedecia as regras.

Assim, a figura do **assimilado**, testa-de-ferro nativo dos interesses do colonizador. Ele falava com correção o português, não se envergonhava de seus costumes e de sua língua.

O currículo, para permitir a aculturação, tinha peculiaridades, ensinava História do Brasil só até 1821, para que os nativos não tivessem a ideia de que uma colônia portuguesa havia conquistado sua independência. A História Geral ia apenas até o século XVI, para que os glórias portuguesas "fossem contadas".

Enfatizava-se o individualismo e o espírito de competição. A educação era marca de poder. Os pais orientavam seus filhos para as profissões mais lucrativas e não para as mais necessárias ao corpo do povo. Afinal, estou falando de Moçambique ou do Brasil? — pergunta Sônia Ramos.

O que se faz hoje

Este foi o quadro educacional encontrado pela Frelimo ao assumir o controle do Estado moçambicano.

E sua proposta educacional se baseou em dois textos: "Fazer da Escola Uma Base Para o Povo Tomar o Poder", ainda na fase da luta contra os portugueses, onde se propunha uma escola igualitária, e um discurso formulado pelo presidente Samora Machel logo no início de seu governo. Por eles, a Frelimo traçou as metas para a construção de uma educação moçambicana: democratizar a escola, pela nacionalização de todo o ensino privado e pela organização de um sistema educacional único; multiplicar e interiorizar as escolas; dar prioridade absoluta à alfabetização. Como a Frelimo considera a revolução, a efetiva tomada do poder pelo povo, de maneira consciente, só a considerará alcançada quando o problema educação estiver solucionado. Eles têm consciência de que "uma verdadeira independência só se dará quando houver uma verdadeira ruptura com o passado colonial e com o passado/presente burguês".

O trabalho de promover a educação das amplas massas já deu resultado. Se os negros eram absoluta minoria nas escolas e na Universidade, hoje já são maioria. Mas os quadros que ensinam e ainda estudam na Universidade são os da pequena burguesia negra, que pouco lutaram na guerra de independência. Assim, pode-se dizer que, em Moçambique, se fez a revolução nacional, estando por se cumprir a revolução popular.

Há uma carência de recursos materiais. Mas os moçambicanos entendem que a obstáculo estrutural não é o decisivo. Este é o elemento humano — quem aprende a ensinar. Daí, a criação de cursos especiais para a formação profissional e política dos educadores, ministrados pela Universidade de Maputo, conciliando teoria e prática. Os professores estudam, sem trabalhar, durante um ano. Depois, vão para o campo, dar aulas de primeiro grau por dois anos. Daí, voltam à Universidade, para mais um ano de estudo, e regressam ao campo para ensinar em séries mais avançadas por outros dois anos e assim, sucessivamente. Com isto, o professor aprende, desta o que aprende, é testado, continua aprendendo e replica esta teoria na prática. A Universidade também é testada a partir da experiência dos professores, sendo forçada a reavaliar, permanentemente, seus currículos.

As profissões são escolhidas a partir da necessidade social, para cumprir o programa de construção nacional. Os alunos declaram suas opções e procura-se casar a aspiração do indivíduo com a necessidade da sociedade, tendo como prioridade a superação.

Uma das metas da Frelimo, na tentativa de superar as contradições entre teoria e prática, elite dominante do saber e o conjunto do povo, trabalho intelectual e trabalho manual, é a conciliação e interligação de estudo e produção, pelo menos do ensino secundário em diante, para que o país assuma sua realidade, que não pode dispensar o trabalho de cada um.

As contradições

A educação, em Moçambique, é uma das frentes mais importantes da luta de classes. O poder político é exercido por quem detém o **controle do saber**, que ainda é uma ínfima minoria. É necessário generalizar a educação, para que o povo passe a exercer, efetivamente, o poder. E, não, substituir um dominador por outro. Isto porque, apesar do campesinato ter carregado nos ombros a luta de libertação, é a pequena burguesia urbana, que pouco lutou contra os portugueses, que controla o saber.

Outro problema a enfrentar é a necessidade imediata de quadros. Dos professores secundários existentes antes da independência, apenas 14 eram moçambicanos. Os demais saíram do país. É preciso formar bons e muitos quadros.

A dimensão da tarefa a ser cumprida é enorme. Um exemplo prático e dramático é a prioridade número um do programa de alfabetização: alfabetizar os deputados eleitos pelas assembleias populares. Um obstáculo é que, há cerca de 11 línguas principais no país, todas representando diferenças regionais dos diversos povos que compõem a nação moçambicana. Nenhuma delas, por isto, pôde ser escolhida a língua nacional. Além disso, também não têm forma escrita — dar esta forma às línguas é uma das tarefas posteriores da Frelimo. A língua nacional escolhida foi o português, que tem a vantagem de ser língua do colonizador vencido pela força das armas. Mas isto significa alfabetizar todo um povo em língua estrangeira, o que representou um obstáculo à implantação do método Paulo Freire em Moçambique, levando à criação de um método próprio.

Outra contradição a enfrentar é a forma de encarar o ensino tradicional. É uma questão complexa que ainda não tem uma linha de ação definida. Alguns administradores querem destruí-lo, arbitrariamente, gerando tensões e resistências. Outros tentam, persuasivamente, modificar essas manifestações tradicionais, no sentido de aproveitá-las dentro dos princípios democráticos e igualitários da Frelimo.

A reformulação dos currículos esbarra no elemento humano, especialmente nos que, servindo à reação, tentam esviá-la. Um padre-professor, por exemplo, dizia aos alunos que a Frelimo ensinava que o homem descendia do macaco, mas que Deus é quem tinha criado o homem. Assim, a concepção materialista da evolução da espécie era torpedeada e simplificada, reduzida a uma frase dos colonizadores: "todo negro nasceu do macaco".

A palestra de Daniel Aarão Reis e Sônia Yessin Ramos mostrou, fundamentalmente, que a criação da educação pelo povo moçambicano é uma tarefa gigantesca, difícil, tensa e de muita luta. Uma luta que encaram de forma otimista, já que, progressivamente, este povo vai construindo não só sua educação, mas sua própria dignidade coletiva e individual. Como falou a Ministra da Educação à primeira turma de professores formada depois da independência: "Vocês são poucos, mas são nossos".

Mas por que morreu Santo ?

"Queremos, Senhor, pedir que, em nossas vidas, continue a vida e a luta de Santo. Eles nos exploram. Nós reivindicamos. Eles roubam nossos salários. Nós fazemos greve. Eles nos silenciam. Nós ocupamos as ruas. Eles nos assassinam. Nós irrompemos em multidão."

Catedral de Sé. Dia 1º de novembro. Um coro emocionado de mais de 10 mil pessoas repete as palavras do Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns. Três dias depois de iniciada a greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, ali se celebrava a missa de corpo presente do operário Santo Dias da Silva, assassinado à queima-roupa por um policial da ROTA 220, quando participava de um piquete em frente à Fábrica Silvánia, em Santo Amaro.

A violência da repressão marcou os quase dez dias de greve dos metalúrgicos paulistas. O assassinato de Santo revelou ao público um dos seus momentos mais dramáticos, mas não foi

um fato isolado, como alguns tentaram fazer crer. A intimidação, atingindo uma categoria já pouco mobilizada, o espancamento, as prisões, invasões, se repetiram durante todo o movimento.

Para a reivindicação de 83% de aumento salarial a única resposta foi a violência, que chegou ao seu ponto máximo com o assassinato do líder metalúrgico. Com os protestos que esta morte provocou em todos os setores da sociedade, a repressão chegou a retroceder. Mas, dias após o enterro de Santo, a polícia voltou a agir, levando os trabalhadores a um recuo. No dia 6 de novembro, policiais da ROTA invadiram a Igreja do Socorro, em Santo Amaro, arrombando portas, espan-

cando e ferindo operários, padres e jornalistas. Fred José Rezende, um dos feridos, resumiu assim o ataque: "Eles não estavam preocupados em prender ninguém, mas em espancar e destruir tudo." No mesmo dia, o Secretário de Segurança de São Paulo, Otávio Gonzaga Júnior, negava a invasão e reconhecia que o reativamento do aparelho repressivo atendia a um pedido das empresas.

A greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos chegava ao fim. A desmobilização da categoria, a violência policial, a decretação de ilegalidade do movimento e a negativa dos patrões a um acordo com os trabalhadores foram suas pás de cal.

O porquê do fracasso

Severino Alves da Silva

Outra greve fracassada, para maior descrença dos trabalhadores e frustração do movimento sindical. É preciso pôr um parêntese nessas experiências aventureiras. O que se viu, quart, -feira, na assembleia dos metalúrgicos de São Paulo, foi a maior prova do desastre a que estão conduzindo os movimentos reivindicatórios. Uma direção sindical abatida moralmente não teve pulso para dirigir a massa de trabalhadores e evitar os atos provocativos. Por isso, ela pode ser considerada culpada pelo fracasso dessa greve.

Ela, juntamente com os grupos de oposição, nada afiadados com o sentimento dos trabalhadores. A diretoria do Sindicato revelou-se incompetente para assumir a greve, e saiu pela tangente, largando sua coordenação e direção nas mãos dos opositores. E estes não se entendem: engalfinham-se por questões políticas, que nada têm a ver com as reivindicações dos trabalhadores. Um movimento iniciado mal, terminou pior: seus pretenso dirigentes não tiveram sequer a hombridade de bater-se por uma saída honrosa, impedindo que os trabalhadores voltem ao trabalho

de cabeça baixa, humilhados e batidos economicamente.

Tem que haver uma condenação veemente aos grupos opositores comprometidos com interesses contrários aos dos trabalhadores. Eles desmoralizaram a greve como instituição — essa única e real arma dos trabalhadores. E quem beneficiaram com isso? Evidentemente que o governo e os patrões. O governo, que estava preocupado com o avanço da organização da classe trabalhadora, certamente agora suspira aliviado, porque encontrou quem se dispusesse a cumprir o triste papel de carrasco dessa organização. E não se pode dizer que tenham desempenhado ingenuamente tal papel. Afinal de contas, são elementos política e ideologicamente engajados e que, por isso, devem saber o que fazem.

O que se constata, na verdade, é que esses grupos se deixam conduzir pelas suas paixões políticas exacerbadas. Querem a greve pela greve, e insistem em que os trabalhadores os acompanhem em suas aventuras. O momento, a disposição de luta dos trabalhadores, condições políticas reais — nada disso é levado em consideração. Os trabalhadores, quando vão à greve,

não o vão por esporte. Entram na briga por reivindicações prementes e muito palpáveis: os salários. E com o sentimento dos trabalhadores não se brinca, muito menos a greve deve ser instrumento dos objetivos políticos fantasiosos desses grupos.

O movimento sindical autêntico, que vem queimando pestanas no sentido de contornar as medidas arrochantes e repressivas adotadas pelo governo contra os trabalhadores, não pode admitir que esses grupos prossigam solapando seu trabalho. Os trabalhadores, que se organizam para lutar de acordo com seu grau de consciência, devem ser alertados sobre a ação destruidora desses grupos. É preciso cuidado com suas táticas de envolvimento e palavreado radical.

Nem sempre a pichação e as fortes expressões contestadoras são a melhor maneira de se organizar e lutar para resistir às investidas do governo contra a classe operária. Por aí, a vaca pode ir para o brejo, como foi agora, até os cornos, com essa greve dos metalúrgicos de São Paulo.

Severino Alves da Silva é secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

(transcrito do Jornal da República do dia 3 de novembro)



Líderes sindicais reavaliam greves

A greve é um legítimo instrumento de pressão dos trabalhadores. Diversas categorias têm lançado mão deste direito em suas campanhas salariais, tornando a legislação ultrapassada pela própria realidade.

Mas nem todos os movimentos foram vitoriosos. O caso mais recente é o dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, que levou um grupo de dirigentes sindicais a iniciar uma discussão e avaliação das principais greves ocorridas no país e seus resultados. Esse grupo tem se reunido em São Paulo para, a partir da análise do movimento sindical, verificar quando a greve pode ser um instrumento de pressão realmente eficaz nas negociações

com os patrões. Como e quando os trabalhadores devem lançar mão deste instrumento.

Do grupo de sindicalistas iniciou a discussão, agora ampliado nível nacional, fazem parte, entre outros, Luis Inácio da Silva, o Lino dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo; Osasco; Jacó Bittar, dos Metalúrgicos de Campinas e Paulínia; Joaquim Santos Andrade, dos Metalúrgicos de São Paulo; Arnaldo Gonçalves, Metalúrgicos de Santos; Agripino Cavalcanti, dos Médicos de São Paulo; João Paulo Pires Vasconcelos, Metalúrgicos de João Monlevade; e Olívio Dutra, dos Bancários de Fortaleza.

O grevismo e o nosso sindicato

Francílio Paes Leme

"O que fomos fazer lá foi simplesmente escolher a cor das flores do calção".

Com esta frase, um membro do Comando de Greve dos metalúrgicos de São Paulo, definiu sua ida à reunião da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para propor o parcelamento dos descontos dos dias parados, a anulação da lista negra e evitar as demissões em função da greve.

No dia 8 de novembro, mil dos 400 mil metalúrgicos de São Paulo deram por encerrada sua greve que durou 12 dias. Um final melancólico para uma greve que deixou como saldo a derrota econômica, a frustração generalizada, a divisão da categoria, o profundo desgosto da greve como principal arma do trabalhador e, o pior de tudo, a morte de um operário, o companheiro Santo Dias da Silva.

O movimento sindical sofreu vários reveses nos últimos tempos. A greve de São Paulo foi apenas um deles, talvez o maior, e o chamado "grevismo" tem contribuído para tais derrotas, por determinadas características que precisam ser debatidas.

Inicialmente, pode-se verificar que o movimento tem se direcionado, desde os primórdios, por uma estratégia grevista, onde, na prática, as reivindicações deixam de ser o móvel fundamental da campanha. A greve deixa de ser o instrumento mais poderoso para obter as e se transforma na única forma de luta e, principalmente, no objetivo a se alcançar.

Estreitamente vinculada à característica anterior, se manifesta uma tendência a reivindicar índices de aumento salarial moralmente justos mas, na maioria dos casos, politicamente inviáveis, pelo menos na conjuntura atual. Assim, ao abraçar a tática do grevismo, o movimento adquire uma dinâmica própria onde a greve pela greve e os índices pouco realistas conduzem ao beco sem saída do "tudo ou nada".

O confronto tem produzido derrotas sucessivas e impedido saídas honrosas. Reuniões se esvaíam, o movimento se isola das bases e, por fim, uma assembleia melancólica referenda formalmente o que já se deu na prática e demonstra:

Aqui no Rio, há dois meses atrás, assistimos a mais uma greve derrotada — a greve dos bancários. Uma derrota econômica e uma humilhação política com a intervenção no sindicato, sem que se pudesse esboçar qualquer reação. Neste caso, a intenção de intervir no Sindicato era clara pois sua direção representava a médio prazo um poderoso inimigo. A armadilha foi preparada. Os patrões, intrinsecamente nas negociações, aqualavam a greve enquanto o governo preparava a repressão. O resto do serviço foi feito pelos grupos defensores do grevismo que, usando os zonais como poder paralelo, isolaram a diretoria e conduziram a categoria à aventura. O resultado: sindicato sob intervenção, os bancários derrotados, centenas de demissões e a categoria desorganizada.

A vitória obtida com a retomada do sindicato pela oposição mais consequente foi destruída em apenas três meses.

Por isso, é preciso haver uma reação a essas aventuras. Só quem lucrava com esse tipo de greve foram o

preocupados com o nível de organização alcançado pelos trabalhadores. Hoje, estão mais tranquilos porque encontraram um aliado que, com suas aventuras, facilita o seu trabalho de divisão e desorganização dos trabalhadores.

Entre nós, professores, estas concepções também existem. Um balanço de nossas lutas mostra que, se no 1º e 2º graus o sindicato pode liderar um movimento unitário com os zonais servindo como instrumentos de mobilização e não como poder paralelo, no 3º grau, as concepções que pretendiam criar esse poder, já observadas, durante a greve do 1º e 2º graus, conseguiram seu intento. Numa assembleia com 500 professores (a categoria tem 6.000), foi rejeitada a proposta da diretoria, que previa um acordo de 71%, porque era preciso fazer a greve. Após a decisão do TRT, a Comissão de Ensino Superior, porta-voz do grevismo, assume de fato a direção do movimento. O fim foi a derrota.

foi afastada pelo "tudo ou nada". Foram mais de 100 demissões e um alívio de 44%. Para o 1º e 2º graus, 56% de demissões contidas.

Diante deste quadro, nossa responsabilidade é a de evitar a greve pela greve. É preciso organizar o sindicato em cada escola, criar as Delegacias Sindicais, sindicalizar o maior número de colegas e aumentar nossas atividades culturais. Lutar, mas oferecer, gratuitamente, nossas becas ao inimigo.

Os professores precisam estar atentos à ação divisionista, a seu "pavimento radical" e a suas propostas aparentemente democráticas, que têm só visam enfraquecer a direção do movimento, pois uma infra-estrutura anárquica, facilita a criação de poder paralelo que usa a categoria para atingir seus objetivos políticos.

Para este mal, o remédio é a organização e unidade, que não se alcançam com a liderança isolada do conjunto da categoria. Isto os professores alcançaram, derrotando as concepções

Consumada a violência: Governo acaba partidos



Trabalhadores contra a reforma

A reforma partidária imposta pelo governo continua gerando críticas. Agora foi a dos dirigentes sindicais. Reunidos com o senador oposicionista Roberto Saturno Braga, no último dia 12 de novembro, no Sindicato dos Professores, repudiaram o projeto, cujo objetivo claro é traquear o movimento oposicionista no país, através da extinção do MDB.

Em nota aos trabalhadores, os dirigentes afirmam que "a mão totalitária que extingue arbitrariamente o partido da oposição, é a mesma que intervém nas entidades sindicais, prende e processa líderes da classe trabalhadora. O regime que impede a livre organização de partidos políticos é o mesmo que assassina trabalhadores por lutarem por seus direitos".

A reunião, que decidiu apoiar as manifestações de

repúdio ao projeto governista de reforma partidária, contou com as presenças de líderes dos Professores, Metalúrgicos do Rio, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Rodoviários, Artistas, Petroquímicos de Duque de Caixas, Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, Vendedores e Bancários. O documento recebeu ainda a adesão de outros sindicatos cariocas, como o dos Médicos.

Mulher discute a mulher



A importância da criação de um núcleo feminino, que reúna trabalhadoras das diversas categorias, para o estudo de problemas comuns — necessidade constatada a par de várias experiências concretas, como as transmitidas pelas metalúrgicas — foi uma das conclusões dos debates sobre as "Condições da Mulher Trabalhadora", realizados no Sindicato, em novembro.

Vários temas foram discutidos, como o feminismo, a estereotipização da educação feminina e a relação da mulher com o sindicalismo. Apesar do interesse e da importância dos temas, além da oportunidade de se abordar temas e reivindicações específicas, no caso da mulher

professora, inserida numa categoria em que é maioria, foi pequena a presença das companheiras.

Nos debates, a problemática do feminismo foi abordada pela socióloga Moema Toscano e pelas escritoras Carmen da Silva e Branca Moreira Alves. As conferencistas analisaram os preconceitos que as mulheres enfrentam, inclusive com suas companheiras, quando tentam caminhar suas questões específicas.

Elas mostraram os mitos criados com o feminismo, dando destaque à crença de que as feministas são rivais do homem, quando também ele é oprimido e pressionado por seus próprios condicionamentos e pelas cobranças da

sociedade, que lhe atribui normas pré-fixadas de conduta.

Também se analisou a situação da mulher trabalhadora que acaba por transferir à filha mais velha toda uma gama de responsabilidades familiares, e que ainda se vê afastada da participação sindical, devido à sua dupla jornada de trabalho (profissional e doméstica).

Por isso, é preciso a criação de um núcleo feminino para a discussão de problemas comuns, como a CLT, nos itens referentes à amamentação, maternidade, creches, licença para gestantes etc ou, especificamente, o horário integral nas escolas, para evitar constantes deslocamentos e facilitar a mulher trabalhadora.

Foi consumado o arbítrio, numa tumultuada sessão do Congresso Nacional, às 2 horas da manhã do dia 22 de novembro. A maioria arenista na Câmara extinguiu Arena e MDB, cedendo às pressões do Governo: o ministro da Justiça, Petrônio Portella, chegou a dizer que haveria retiro, caso os interesses do Planalto fossem contrariados.

Os oposicionistas condenaram a fórmula inventada pelo Governo para a reorganização partidária e lembraram que o recém-extinto MDB era um Partido com 46 milhões de eleitores, 26 senadores, 189 deputados federais, 345 deputados estaduais e 614 prefeitos.

Mas o Planalto teve que amargar apenas uma meia vitória: os congressistas

derrubaram o artigo 5º suprimindo, assim, a sublegenda, considerada instrumento essencial para o Governo ter um Partido majoritário no Congresso nos próximos anos.

Esta pequena rebelião também serviu para mostrar a verdadeira face do arbítrio: logo no dia 23, o presidente Figueiredo revelou aos senadores arenistas que vetará o artigo 13 da nova lei, de modo a manter a sublegenda. Claro que o veto presidencial poderá se tornar inócuo, caso o Congresso o rejeite, consolidando uma posição de independência, bastante arranhada nos últimos anos. Aguarda-se, em Brasília, agora, o desencadear de novas pressões, para que o regime não seja obrigado a se mostrar, oficialmente, inflexível.

Congresso traça rumo da luta pela anistia

Após três dias de debate, e apesar de muitas divergências, os 2500 participantes do 2º Congresso Nacional pela Anistia, realizado de 15 a 18 deste mês em Salvador, aprovaram, por aclamação, um documento que define de que forma continuará a luta pela anistia:

Libertação imediata de todos os presos políticos e retorno de todos os exilados; esclarecimento dos casos de morte e desaparecimento; revogação das leis repressivas; reintegração de todos os abrangidos pela anistia parcial; responsabilização judicial dos torturadores, além de denúncias do indulto que o governo pretende dar, do atestado ideológico, das cassações brancas e das demissões dos participantes das greves recentes, foram as principais campanhas definidas pelo documento.

Durante o Congresso, a Comissão de Desaparecidos e Mortos apresentou informações sobre a descoberta de corpos de desaparecidos políticos, enterrados com nomes falsos, no cemitério de Perus, em São Paulo. Moções também foram apresentadas, entre as quais a libertação da brasileira Flávia Schilling, presa no Uruguai, e a proposta de que os movimentos pró-anistia contribuam na pressão para que Teodomiro Romeiro dos Santos, asilado na Nunciatura Apostólica de Brasília, consiga um salvo-conduto.

O Congresso também se posicionou sobre questões gerais consideradas importantes para o prosseguimento unitário da luta pela anistia — contra a extinção do MDB, contra o projeto de reformulação partidária do governo, e pela ampla liberdade de organização partidária.

Comissão no sindicato

Foi criada, na Sede do Sindicato dos Professores, uma Comissão Especial de Solidariedade aos mestres atingidos, demitidos e presos em decorrência do golpe militar de 1º de abril de 1964. Pede-se a todos os professores que tenham sido atingidos ou demitidos comparecerem à

nossa Entidade de classe, no seguinte horário: Segundas, quartas e sextas-feiras, das 15 às 18 horas, para tratar de assunto de seu real interesse. Dos professores presos, falecidos e desaparecidos, solicita-se a presença de um familiar. Contatar o Professor BAYARD DEMARIA BOITEUX.

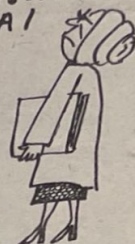
Contra o ensino pago

Com a participação de 32 Diretórios Centrais de Estudantes e de quatro Uniãos Estaduais de Estudantes (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), foi realizada este mês, no Rio, a reunião do Conselho de Entidades Gerais da União Nacional dos Estudantes, que, entre suas resoluções, aprovou uma campanha em todo o país contra a instituição do ensino pago, que vai incluir um plebiscito sobre o assunto.

Já a partir de dezembro a UNE inicia os contatos para o desencadeamento da campanha, organizando uma caravana que irá a Brasília reivindicar a revogação da liberação das taxas de anuidades nas escolas pagas e, ainda, que o Governo destine um mínimo de 10% do orçamento da União para a educação, como prevê a Constituição de 1946. Uma nova reunião do Coneg será realizada no período de férias.



...HUM!
NÃO VEJO NADA
DE FANTÁSTICO.
QUERIA VER E SE
ELE MORASSE EM
NITERÓI, DESSE
AULA DE MANHÃ
EM COPACABANA,
DE TARDE EM NOVA
IGUAÇU, DE NOITE
EM JACAREPAGUA,
E COM APENAS Cr\$50
POR HORA DE AULA!



e a "barra" do professor

